



LEI ORDINÁRIA Nº 816

de 17 de dezembro de 2010

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul, para o Exercício de 2011".

O PREFEITO MUNICIPAL de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul /MS, para o Exercício financeiro de 2011, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 62.686.460,00 (sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DE TODAS AS FONTES

1.1 RECEITAS CORRENTES

- <i>Receita Tributária</i>	R\$	8.745.460,00
- <i>Receita Contribuições</i>	R\$	2.022.000,00
- <i>Receita Patrimonial</i>	R\$	1.834.500,00
- <i>Receita Industrial</i>	R\$	100.000,00
- <i>Receita de Serviços</i>	R\$	148.900,00
- <i>Transferências Correntes</i>	R\$	43.944.200,00
- <i>Outras Receitas Correntes</i>	R\$	1.527.400,00
	TOTAL	R\$ 58.322.460,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

- <i>Operações de Crédito</i>	R\$	1.900.000,00
- <i>Alienação de Bens</i>	R\$	66.000,00
- <i>Amortização de Empréstimos</i>	R\$	175.000,00
- <i>Transferências de Capital</i>	R\$	6.990.000,00
	TOTAL	R\$ 9.131.000,00

1.3 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

- <i>Receitas de Contribuições.</i>	R\$	1.573.000,00
- <i>Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</i>	R\$	2.000,00
	TOTAL	R\$ 1.575.000,00

TOTAL DE RECEITAS R\$

69.028.460,00

1.4 REDUTORES

- <i>Rem. dos Investimentos RPPS em Renda Var.</i>	R\$	2.000,00
- <i>FPM</i>	R\$	
2.100.000,00		
- <i>ITR</i>	R\$	190.000,00
- <i>LEI CANDIR N. 87/96</i>	R\$	22.000,00
- <i>ICMS</i>	R\$	
3.700.000,00		
- <i>IPVA</i>	R\$	310.000,00
- <i>IPI EXPORTAÇÃO</i>	R\$	18.000,00

TOTAL REDUTORES

6.342.000,00

TOTAL LÍQUIDO

62.686.460,00

R\$

R\$

Art. 3º A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ R\$ 62.686.460,00 (Sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 44.224.810,00 (Quarenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dez reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 18.461.650,00 (Dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinqüenta reais).

Art. 4º A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei. observado o seguinte desdobramento:

DESPESA DE TODAS AS FONTES

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes	R\$	43.184.945,00
- Despesas de Capital	R\$	15.182.515,00
- Despesas Intra-Orçamentárias	R\$	4.074.000,00
- Reserva de Contingência	R\$	245.000,00
TOTAL	RS	62.686.460,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS

I - PODER LEGISLATIVO

0001Câmara Municipal

R\$

2.898.000,00

II-PODER EXECUTIVO

0010Gabinete do Prefeito

R\$

1.668.900,00

0015Secretaria Municipal de Governo

R\$

219.700,00

0020Secretaria Municipal de Administração

R\$

2.451.900,00

0025Sec.Mun.de Obras Transp. Serv. Público

R\$

13.747.145,00

0030Sec.Mun.de Educação, Cultura. Desporto e

R\$

17.296.865,00

Lazer

0035Secretaria Municipal de Saúde

R\$

9.945.250,00

0040Secretaria Mun. de Assistência Social

R\$

3.755.400,00

0045Sec.Mun. Desenvol. Econômico e Meio

R\$

2.329.200,00

Ambiente.

0050Secretaria Municipal de Finanças e

R\$

3.368.100,00

Planejamento

0099Reserva de Contingência

R\$

245.000,00

III - REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA

0080	IPMCS - Inst. Prev. Social Serv Mun Chap	R\$	4.761.000,00
	do Sul		
TOTAL DA DESPESA COM REC.	TODAS AS FONTES	R\$	62.686.460,00

Art. 5º As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

	<i>FONTE DE RECURSOS</i>	<i>RECEITA</i>	<i>DESPESA</i>
		<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
100	<i>Recursos Ordinários</i>	45.213.660,00	37.918.260,00
103	<i>Contribuição p/ o Regime Próprio de Prev. Social-RPPS</i>	3.062.000,00	3.062.000,00
104	<i>Contribuição ao Programa de Ensino Fundamental</i>	260.000,00	260.000,00
114	<i>Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS</i>	1.040.600,00	1.040.600,00
115	<i>Transf. de Rec. do Fundo Nac do Desenv da Educ - FNDE</i>	462.500,00	462.500,00
116	<i>Contribuição de Inter. Do Domínio Econômico - CIDE</i>	68.000,00	68.000,00
117	<i>Contribuição p/ o Custeio dos Serv de Ilum. Públ - COSIP</i>	700.000,00	700.000,00
118	<i>Transferências do FUNDEB - (Aplic na remuneração) 60%</i>	0,00	4.743.050,00
119	<i>Transferências do FUNDEB - (Aplic na remuneração) 40%</i>	0,00	2.552.350,00
120	<i>Transferências de Convênios - União/Educação</i>	1.450.000,00	1.450.000,00
121	<i>Transferências de Convênios - União/Saúde</i>	232.100,00	232.100,00
122	<i>Transferências de Convênios - União/Assistência Social</i>	361.000,00	361.000,00
123	<i>Transferências de Convênios - União/Outros</i>	4.136.000,00	4.136.000,00
124	<i>Transferências de Convênios - Estado/Educação</i>	352.800,00	352.800,00
125	<i>Transferências de Convênios - Estado/Saúde</i>	788.100,00	788.100,00
126	<i>Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social</i>	234.000,00	234.000,00

127	<i>Transferências de Convênios - Estado/Outros</i>	409.000,00	409.000,00
129	<i>Transferências de Recursos do FNAS</i>	317.700,00	317.700,00
190	<i>Operação de Crédito Internas</i>	1.900.000,00	1.900.000,00
195	<i>Remuneração de Depósitos Bancários</i>	1.699.000,00	1.699.000,00
	<i>TOTAL GERAL</i>	62.686.460,00	62.686.460,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da Despesa Fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal Nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

Parágrafo Único. Fica autorizado e não será computada para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

- I - para atender despesas com pessoal com encargos sociais;
- II - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei;
- III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 7º Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal Nº. 4.320, de 17 de março de 1.964. fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 8º Esta LEI entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.011, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS. 17 de dezembro de 2009.

JOCELITO KRUG Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 816/2010 - 17 de dezembro de 2010